

Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824).

Laizeline Aragão de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estudar o abastecimento da capitania de Minas Gerais, no século XVIII, por meio da atuação de dona Joaquina do Pompéu. Para tanto, buscou-se demonstrar o universo feminino a fim de contextualizar a sociedade na qual vivia a matriarca. A economia dos setecentos foi outro ponto analisado com o intuito de possibilitar um amplo entendimento do funcionamento do comércio e abastecimento colonial, e assim introduzir nesse cenário a discussão sobre as relações econômicas, comerciais e políticas protagonizadas por dona Joaquina do Pompéu.

Palavras-chaves: Dona Joaquina do Pompéu; Mulher; Economia colonial; Minas Setecentistas.

O ponto de partida que deu origem a este artigo centra-se em uma preocupação em demonstrar a participação feminina na produção e comércio de gêneros variados na América Portuguesa. Para a realização de tal reflexão buscou-se na figura de dona Joaquina do Pompéu, o objeto de análise, pois rompendo o padrão da sociedade patriarcal luso-brasileira, se destacou por acumular riquezas e poder, em decorrência das suas atividades como fazendeira e comerciante. As reflexões e análises foram construídas por meio de ampla pesquisa bibliográfica sobre a produção e comercialização de gêneros variados nos setecentos, o papel social das mulheres neste período, a vida de dona Joaquina do Pompéu, entre outras obras. Utilizou-se também a análise de documentos referentes à matriarca disponíveis no Arquivo Público Mineiro/APM (Belo Horizonte-MG)².

Nascida em 20 de agosto de 1752 no Arraial do Ribeirão do Carmo (atual cidade de Mariana, MG), Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco era filha de Jorge de Abreu Castelo Branco e Jacinta Teresa da Silva. Em decorrência do falecimento de Jacinta a família mudou-se em 1762 para a Vila de Pitangui. Nesta vila, Joaquina casou-se com o Capitão Inácio de Oliveira Campos³ em 20 de agosto de 1764. Após o casamento arrendaram uma fazenda, chamada Lavapés, próxima à vila, e juntos começaram a construir

¹ Graduada em História pelo Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte – MG.

² O acervo está organizado como: Arquivo Público Mineiro, Fundo Joaquina Bernarda do Pompéu [APM. FJBP 1. Cx. 01-04]

³ Inácio de Oliveira Campos era Comandante da Companhia de Ordenanças, parte da Milícia dos Dragões das Minas Gerais.

um imenso patrimônio. Por Inácio ser Capitão-Mor da Guarda⁴, freqüentemente passava longos períodos longe da fazenda, o que contribuiu para que dona Joaquina, desde o início do casamento, tivesse que se dedicar aos negócios, gerenciando e administrando tanto a vida doméstica – com seus 10 filhos –, quanto às responsabilidades da fazenda.

Inicialmente sob o comando do capitão e com a ajuda de dona Joaquina, e posteriormente sob o comando da matriarca, a fazenda do Lavapés, onde o casal morava, cresceu de forma vertiginosa. A expansão das atividades tornou necessária a aquisição de uma propriedade maior. Ao buscarem novas terras para comprar, receberam proposta do fazendeiro Manoel Gomes da Cruz que ofereceu as terras da Fazenda do Pompéu. O negócio se concretizou em 1784, quando a família passou a residir nas ditas terras. A fazenda já possuía uma pequena criação de gado, que foi ampliada pelos novos moradores. Além disso, investiram em plantações e na criação de eqüinos. É neste ponto da história da matriarca que seu nome ficará conhecido na capitania de Minas, já que ela será uma dos potentados comerciantes responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios das vilas. E, foi quando se mudou para esta localidade que ganhou o apelido de “Joaquina do Pompéu”, uma referência ao local onde estava a importante propriedade.

Sabe-se que na fazenda do Lavapés o casal possuía, além da criação de gado, lavouras de milho e feijão. Quando se mudaram para o Pompéu, além dos produtos mencionados, o casal possuía plantações de arroz, café, verduras, legumes e árvores frutíferas variadas. Em 1804, havia na fazenda um centro de criação e engorda de gado, e o engenho fabricava açúcar e cachaça. Demonstrando a sua perspicácia administrativa, dona Joaquina mandou fazer plantações de algodão e mantinha um imenso rebanho de ovelhas, utilizados para a produção de roupas para a escravaria. Percebe-se que suas fazendas eram, em grande medida, auto-suficientes, e também um importante núcleo fornecedor de produtos para o abastecimento da Vila de Pitangui e circunvizinhança, bem como de outras regiões da capitania. Todo esse comércio favorecia cada vez mais sua visibilidade social e a ampliação de sua rede comercial.

Informações contidas no inventário da matriarca evidenciam a dimensão de sua fortuna à época do seu falecimento. Suas posses territoriais abrangiam diversos municípios como Pitangui, Paracatu, Abaeté, entre outros. As cabeças de gado espalhadas pelas fazendas ultrapassavam as 20 mil cabeças; aproximadamente mil eqüinos; cerca de uma centena de escravos avaliados, em média, a 150 mil réis cada⁵. Havia uma grande

⁴ Capitão-mor: Nos regimentos de infantaria, ou cavalaria, o capitão-mor era a patente abaixo do posto de sargento-mor. Os Capitães-mores eram responsáveis por manter a ordem nas vilas e sair em busca e captura de escravos fugidos e bandidos.

⁵ RIBEIRO; GUIMARÃES, 1956. CAMPOS, 2003.

quantidade de imóveis, prataria, ouro em barra, móveis, veículos de transporte, títulos de dívidas de fazendeiros vizinhos e outros bens que podiam nos dias atuais, chegar a um valor aproximado de 2 bilhões de reais (NORONHA, 2007: 56).

Ao se propor uma análise da atividade produtiva e comercial sob a perspectiva da atuação de dona Joaquina do Pompéu, ressalta-se a abordagem da historiografia brasileira referente às questões da produção rural e sua comercialização. Neste sentido, várias pesquisas vêm sendo realizadas desde os anos 1970 com o intuito de demonstrar a existência destas atividades econômicas paralelas à mineração. Alguns historiadores como Celso Furtado (1974), Caio Prado Jr. (1979) e Fernando Novais (1989)⁶, afirmam a insignificância de uma economia colonial forte, voltada para o mercado interno. Para eles a economia colonial era basicamente exportadora, fosse a mineração ou a agricultura, e, se havia um mercado interno, este era pouco significativo no ambiente urbano, e no ambiente rural ele não existia, já que as populações rurais eram auto-suficientes. Segundo os autores, havia uma ausência de mercado interno na colônia, uma vez que a prioridade era a agroexportação, e existia uma economia de subsistência que atendia as necessidades básicas dos colonos.

Outras abordagens sobre a economia da América Portuguesa, como os trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso (1979) e Jacob Gorender (1988), apontam para a existência de um mercado interno capaz de movimentar a economia colonial, ainda que timidamente. Apesar de suas análises seguirem caminhos diferentes, tanto Cardoso quanto Gorender compartilham da idéia da existência de um mercado interno no Brasil. Eles destacam que a sociedade colonial brasileira se organizou de tal maneira que sua economia criou estruturas internas bastante particulares, possibilitando a existência interna de um mercado. Merece destaque a discussão de Gorender (1988) sobre a inviabilidade da economia colonial em manter toda uma população escrava com produtos importados. Ele considera que este seja um dos aspectos que demonstram claramente a existência de uma economia agrária voltada para o mercado interno a fim de suprir as necessidades básicas de consumo.

Percebe-se que a existência de um mercado capaz de abastecer de gêneros as regiões mineradoras é de suma importância, uma vez que os homens que se deslocaram para as áreas auríferas em busca de pedras e metais preciosos, não estavam preocupados em organizar roças, estabelecer vendas e afins, eles queriam encontrar o ouro e enriquecer. E esta necessidade de abastecer as zonas mineradoras permitiu a formação de um

⁶ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. SP: Nacional, 1974; PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. SP: Brasiliense, 1979; PRADO JR, C. *História econômica do Brasil*. SP: Brasiliense, 1978; NOVAIS, F. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial*. SP: Huicitec, 1989.

mercado interno. Segundo Mafalda Zemella (1951), a região mineradora nos seus primórdios foi abastecida, principalmente, pelos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. No entanto, com o declínio da mineração, a partir do final do século XVIII, a importação de produtos caiu. Essa queda ocorreu, não só pela diminuição do ouro e/ou pela migração dos mineiros para outras regiões, mas também pelo aumento da produção de gêneros alimentícios na própria capitania das Minas Gerais. Sendo que, houve um investimento na produção agrícola, de tal forma que a capitania tornou-se auto-suficiente, chegando a exportar sua produção.

Contrariando as análises de Cardoso (1979) e Gorender (1988), que afirmam a inexistência de uma acumulação interna de capital, ou seja, os grandes plantadores, criadores de gado e comerciantes não acumulavam bens já que o abastecimento do mercado interno tinha um caráter secundário, sendo apenas um suporte para a agroexportação. Documentos referentes à dona Joaquina do Pompéu demonstram que ela não só acumulou bens, mas que também soube investir os seus rendimentos para obtenção de lucros⁷.

João L. R. Fragoso (1992) observa que, a produção do mercado interno no período colonial brasileiro permitiu a acumulação devido às relações de produção (escravismo e campesinato) que compunha o mercado. Além disso, o fato da agroexportação se reproduzir no interior do mercado possibilitou uma redução dos custos para os produtores. Com isso, Fragoso afirma que existiu uma acumulação endógena, e que a “retenção de parte do excedente da agroexportação e das produções ligadas ao abastecimento interno” resultou numa “hegemonia do capital mercantil e, conseqüentemente, na constituição de uma elite mercantil colonial” (FRAGOSO, 1992: 28). Salienta-se que, foi ainda no período colonial que se desenvolveu efetivamente um grupo de negociantes responsáveis pela movimentação da economia interna colonial, tanto no período auge da extração aurífera, quanto em seu momento de decadência. Fragoso mostra que a formação de um grupo forte de negociantes não se formou logo após a chegada de Cabral, mas que este grupo foi o resultado de uma sociedade colonial. Se há a formação de uma elite mercantil colonial e sua projeção política ocorre na medida em que seus negócios evoluem, há uma tendência a acreditar que dona Joaquina do Pompéu e sua família faziam parte dela.

Colocar a figura de dona Joaquina como objeto de estudo possibilita uma análise ampla do contexto social e econômico do período colonial em Minas Gerais. Por meio dos documentos, dos registros biográficos, das histórias que se contam da matriarca, pode-se estabelecer uma relação com afirmações já feitas por historiadores, tanto no sentido de

⁷ CAMPOS, 2003, p.159-161; APM. FJBP 1. Cx. 01 – Doc. 49; APM. FJBP 1. Cx. 01 – Doc. 55; APM. FJBP 1. Cx. 02 – Doc.27; APM. FJBP 1. Cx. 02 – Doc.57.

reafirmá-las, quanto no sentido de recolocá-las, de acordo com as considerações decorrentes da análise documental. As questões aqui levantadas não pretendem ser elucidadas com uma única afirmativa, e tampouco definitiva. Pretende-se apresentar perspectivas de análise e possíveis olhares sobre o objeto em um determinado momento.

Quando se analisa algumas pesquisas já realizadas sobre o gênero feminino no Brasil, percebe-se o estabelecimento de imagens estigmatizadas e generalizantes, isto ocorre principalmente nas discussões sobre a mulher nos séculos XVI, XVII e XVIII. Pensar sobre o papel social feminino no período colonial, em especial na região de Minas Gerais, remete-nos a uma imagem de que estavam vinculadas ao trabalho essencialmente doméstico, não desempenhando nenhuma outra atividade. A construção desta imagem é, em grande parte, influência da obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2006)⁸, que realiza as primeiras análises sobre a estrutura familiar brasileira. Deve-se lembrar, no entanto, que o autor analisava um contexto específico, onde a organização da sociedade patriarcal determinava a condição da mulher naquele modelo, tão cuidadosamente descrito pelo autor. Contudo, historiadores fizeram uso dos conceitos discutidos por Freyre, empregando-os de maneira ligeiramente distintas e com designações diferenciadas, para legitimarem e reforçarem suas impressões sobre o papel feminino na sociedade brasileira na América Portuguesa. Assim, não se deve atribuir exclusivamente a Freyre a criação, na historiografia brasileira, de uma imagem feminina frágil e preguiçosa, ou sensual e despudorada.

A partir da década de 1980, importantes publicações referentes ao período colonial, como as obras de Miriam Leite (1984), Mary Del Priore (1995) e Luciano Figueiredo (1999), começam a romper com essa “não-verdade”. As análises propostas por estes autores demonstram uma nova perspectiva para se estudar a história das mulheres nos Brasil, destacando uma ativa participação delas na sociedade colonial, seja no comércio local das cidades ou na administração de fazendas. Estes historiadores discutem a história das mulheres trazendo elementos que vão além de uma análise exclusiva do núcleo doméstico. Temas como economia, trabalho, maternidade, sexualidade, entre outros, são convergidos para as mulheres, afirmando sua existência como sujeito histórico. E elas passam a ser vistas como agentes históricos, capazes de desempenhar os mais variados papéis na sociedade, independente de sua condição.

Alguns trabalhos debatem sobre maneira o universo feminino das escravas e alforriadas, recaindo em segundo plano reflexões sobre relações sociais das mulheres

⁸ Lançado em 1933, o livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, pode ser compreendido como um imenso painel da formação da sociedade brasileira. O autor discute os espaços sociais no início da colonização, os modos de existência familiar, o sistema econômico, político e cultural.

brancas da elite da América portuguesa. Quando as discussões ocorrem no sentido de abordar questões comerciais, novamente há o destaque para as negras de tabuleiros e as forras vendeiras. A mulher branca costuma aparecer como o *Imbelicitus Sexus*⁹, ou seja, o sexo imbecil, aquele que não consegue realizar nenhuma atividade racional, sendo sua capacidade limitada a atividades como bordar e costurar.

Para contradizer este estereótipo, as mulheres brancas - que por diversos motivos tiveram que sair de uma determinada cidade para irem morar no interior do país; ou aquela que precisou repentinamente acompanhar o marido para o sertão mineiro; ou ainda as viúvas - formam um grupo social diferenciado e começam a estabelecer relações de trabalho diferentes das demais. Sendo assim, o sexo anteriormente estereotipado como imbecil e incapaz, se vê diante da necessidade de conduzir a vida familiar com êxito, já que havia a prole a ser sustentada. “As mulheres dos fazendeiros, freqüentemente quando ficam viúvas, administram sozinhas as fazendas e os escravos, assumindo integralmente as responsabilidades dos maridos” (LEITE, 1984: 57). Neste aspecto, enquadra-se o perfil de dona Joaquina.

Dito isto, será esclarecedor analisar a organização da sociedade mineira para que sejam elucidadas as dúvidas em relação à existência ou não de uma sociedade patriarcal nas Minas setecentistas, e como se pode entender dona Joaquina nesta organização. Além disso, é relevante analisar a trajetória da matriarca, pois ela representou uma mulher forte, conseguindo se superar ao mostrar o quanto estava preparada para a função que lhe foi cabida com a enfermidade do seu marido, prontificando-se a assumir funções muito diferentes daquelas estabelecidas para as mulheres de sua época. Dona Joaquina exemplifica a realidade de quantas outras mulheres que também não assumiram fazendas e negócios?

Ainda que reportando especificamente os séculos XVI-XVII e o nordeste brasileiro, sabe-se que a estrutura familiar descrita por Freyre (2006), organizada em torno de um núcleo patriarcal, perdurou no Brasil até meados do século XIX. A organização da família em torno de uma figura masculina forte, que zela por todos que vivem sob seu teto, encontrou nos trópicos um local propício para se desenvolver. Tendo como base econômica a agricultura ou a extração mineral, a escravidão como modo de produção, e as regras metropolitanas e eclesiásticas como legisladoras da moral e dos bons costumes, o pai ou patriarca concentrou em si todos os poderes de mandar e desmandar nos seus domínios

⁹ Expressão usada por Jeannie da Silva de Menezes (2005), ao discutir as representações femininas no século XVIII. De acordo com ela, o sexo imbecil aparece como caracterização da incapacidade feminina e tal noção é ampliada na legislação eclesiástica.

fosse pelo nome de Deus, do Estado e, principalmente, em nome da sua família. De acordo com Freyre,

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 2006: 81).

A família patriarcal apresentada pelo autor será responsável por padronizar toda a estrutura familiar que se organizou no Brasil a partir do século XVI. Mas o que dizer dos núcleos familiares estruturados sob a figura feminina? Como incluir dona Joaquina do Pompéu nas relações patriarcais do século XVIII? Segundo Silvia Maria Jardim Brügger (2006), o conceito de patriarcalismo deve ser entendido de forma mais ampla do que simplesmente uma família organizada em torno de um homem. Para a autora, o patriarcalismo está relacionado com a organização social, “um conjunto de valores e práticas que coloca no centro da ação social a família” (BRÜGGER, 2006: 43). Sendo assim, independente da figura central da família ser um homem ou uma mulher, são as relações de poder estabelecidas com a sociedade é que a caracterizarão como patriarcal.

Se assim for entendido o conceito de patriarcalismo, o núcleo familiar de dona Joaquina do Pompéu caracteriza-se como tal, já que ela detém poder político e econômico na região da Vila de Pitangui. Além disto, em torno de sua administração organizam-se diversas redes clientelares, constituídas principalmente por laços de parentesco. Como é o caso da sua relação com Conde de Valadares, seu parente e governador da Capitania de Minas Gerais, ou com Diogo Pereira de Vasconcelos, também seu parente e importante português. Em uma esfera mais local, dona Joaquina tem o apoio de seus genros, filhos, cunhados e outros parentes que, ocupando cargos políticos e posição econômica, criavam complexas redes de apoio e solidariedade proporcionando privilégios aos seus.

Os documentos analisados apresentam uma dona Joaquina influente politicamente. Um dos registros documentais trata de uma procuração assinada por ela, conferindo poderes a Manoel Ferreira da Silva e a João Evangelista F. Lobato, para que pudessem representá-la em qualquer tipo de ação. Além disso, no documento consta uma solicitação para que fosse enviado à Vila de Pitangui um Juiz de Fora para resolver problemas “jurídicos” da região. Coroliano Ribeiro e Jacinto Guimarães (1956) afirmam que, nos domínios de dona Joaquina, na falta de autoridade legal, era ela em pessoa quem aplicava castigos aos negros, efetuava prisões e inquéritos, perdoava ou indultava. Percebe-se aqui a fragilidade da autoridade do Estado português nos sertões da Colônia defendida por Freyre (2006) e por Caio Prado Júnior (1979), e que legitima a existência de uma sociedade patriarcal baseada nas relações de poder, onde a autoridade esta representada na figura do

grande proprietário. Sendo que neste caso específico a autoridade encontra-se vinculada à dona Joaquina do Pompéu.

Neste sentido, é relevante considerar o estabelecimento de redes clientelares¹⁰ entre dona Joaquina e algumas autoridades políticas da América Portuguesa, a fim de demonstrar a amplitude de sua atuação. Entende-se as redes clientelares como formas de redes de sociabilidade e articulação política e econômica das elites coloniais. Segundo Paulo Jorge Fernandes (2006), estas elites eram formadas pelas pessoas principais das vilas, e faziam parte de uma minoria que detinha o poder e a influência nas esferas econômica, política e social. Outra característica destas redes é o fato de que a influência de uma determinada família frequentemente era perpassada de geração para geração, ou seja, havia uma tradição familiar na ocupação de membros dessas famílias em cargos políticos importantes.

No caso de dona Joaquina do Pompéu, o estabelecimento de redes formadas a partir de laços de amizade e familiares apresenta-se de forma significativa. Dos seus dez filhos, parece que todos se casaram com pessoas de famílias importantes e com destaque político. Infere-se que suas seis filhas se casaram por meio de arranjos familiares estabelecidos pela matriarca com homens de posses. A maioria dos seus genros eram membros da câmara da Vila de Pitangui e possuíam uma tradição familiar, além de possuírem títulos como capitão, coronel e sargento da guarda. Alguns destes homens eram também comerciantes e realizavam negócios com dona Joaquina. Não há elementos conclusivos a respeito da escolha das noivas para seus filhos, mas é possível inferir que a matriarca tenha procurado por moças de famílias respeitáveis e que pudesse ampliar e fortalecer seus laços de amizades com as mesmas. O estabelecimento de redes fortes e duradouras ligadas a articulação política e econômica, é visível quando analisamos o casamento de alguns filhos de dona Joaquina.

A formação desta rede clientelar em torno de dona Joaquina do Pompéu pode ser o ponto de partida para analisar e demonstrar como ocorriam suas relações comerciais, e ainda para reafirmar as idéias propostas por Silvia Brügger (2006) sobre o patriarcalismo em Minas Gerais. Neste sentido, entende-se que o poder e a influência atribuídos à matriarca estão ligados a uma herança familiar de prestígio, tanto de sua família quanto do seu esposo. E sua relação com a Coroa demonstra como afirma João Fragoso (2001), que o Estado e as elites locais atuavam em parceria, marcada pelo privilégio e reciprocidade.

¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre redes clientelares ver Antonio Manuel Hespanha (1984). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. 2. ed. Lisboa: Fundação Gulbenkian; António Manuel Hespanha (coord.). (1993). *História de Portugal, v.4: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa; Nuno Gonçalo Monteiro. (1993) *Os concelhos e as comunidades*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores.

A maior parte dos documentos de dona Joaquina analisado são correspondências, e segundo Júnia Furtado (1999), as correspondências comerciais eram essenciais para o desempenho da atividade, mas era também importante para estruturar laços sociais e políticos, ligando os homens por meio de uma rede de favores e dependência: “A distância social entre os membros de uma rede social hierárquica ficava preservada pelo jogo das palavras (...) o que permitia o reconhecimento e a distinção entre eles” (FURTADO, 1999: 59). O valor da amizade e reciprocidade de favores pode ser facilmente mensurado nesta documentação, a amizade costumava ser cobrada em troca de favores e em situações específicas.

Segundo Alexandre Mendes Cunha (2006), o clientelismo vai ser marcado por relações de amizade caracterizadas tanto pela reciprocidade entre iguais, como por exemplo, dois grandes comerciantes; ou ainda na relação entre governante e governados, como Dom Pedro I e dona Joaquina do Pompéu. Neste sentido, a “dualidade entre graça e reciprocidade que enredava as pessoas nessa sociedade cria cadeias e espirais que tendem a ter na figura do rei seu topo” (CUNHA, 2006: 241). Característica interessante das relações clientelares é que surge, neste universo de troca de favores, um sentimento de dependência em que seria impossível o pagamento de uma determinada dívida, já que as trocas de favores vão sucedendo umas as outras. Além disto, este sistema subordina tanto os governados quanto o governante, uma vez que o rei também fica ligado aos seus súditos por meio de favores prestados.

Diante dos documentos analisados para a construção deste artigo, acredita-se que dona Joaquina do Pompéu estabeleceu ao seu redor uma ampla, sólida e organizada rede de amizades. Esta rede proporcionou a matriarca bons negócios dentro da capitania de Minas e no Rio de Janeiro, onde mantinha ligações com comerciantes desta cidade. Sob este aspecto dona Joaquina pôde construir e ampliar sua fortuna tendo o apoio de seus amigos, a quem retribuía também com benefícios.

Dona Joaquina, quando se casou foi aos poucos assumindo os negócios do casal, até passar a administrar tudo sozinha. Durante os anos que esteve no comando de suas propriedades, foi responsável pela ampliação de sua fortuna. Mas em contrapartida, dedicou-se também a criação dos filhos e netos. No fim de sua vida é seu filho mais novo, capitão Joaquim Antônio de Oliveira Campos, quem aparece como seu apoio e substituto. Diante disto, percebemos que a matriarca se dividiu entre duas funções: a de fazendeira, e a de mãe. Se por um lado ela pode aparecer na historiografia como uma mulher que fugiu à regra de seu tempo, por outro ela enquadra-se perfeitamente no padrão feminino da América Portuguesa, de mulher dedicada à casa, à família e a Deus.

Percebe-se ainda que, dona Joaquina não desejou para suas filhas o mesmo destino de fazendeira, já que todas se casaram muito cedo e nenhuma delas aparece exercendo qualquer atividade ligada à fazenda ou ao comércio na documentação disponível. Entende-se que neste caso existe um paradoxo nos valores externados pela matriarca. De um lado ela aparece como uma exceção diante da sociedade majoritariamente masculina do século XVIII no que diz respeito às relações comerciais. Por outro, parece que ela teve uma preocupação para que suas filhas não seguissem o seu caminho, mas que cumprissem sua função dentro da sociedade setecentista, de mulheres recatadas e ligadas ao cotidiano doméstico.

Neste sentido, é importante retomar a discussão sobre a sociedade patriarcal, pois a idéia de patriarcalismo, como sugere Silvia Brügger (2006), deve ser entendida “pelo termo e não apenas a configuração dos domicílios, mas sim um universo de valores, calcado, sobretudo na importância dos laços familiares” (BRUGGER, 2006: 53). Sendo assim, dona Joaquina do Pompéu viveu e sobreviveu inserida em uma sociedade patriarcal, na qual ela exerceu a posição de chefe, o representante da família. Era ela o núcleo e, por ser a grande responsável, sua obrigação era manter as tradições e os bons costumes portugueses na colônia, o que ajuda a explicar seu comportamento diante da educação das filhas.

A existência destas redes clientelares, associada à força e influência política da matriarca, só reforçam a existência de uma organização social sob a forma do patriarcalismo nos domínios de dona Joaquina. Neste caso, o patriarcalismo não se refere ao indivíduo do sexo masculino como peça central da organização familiar. Levando em consideração todas as discussões levantadas ao longo da pesquisa, o patriarcalismo é entendido aqui como um conjunto de valores e práticas familiares, ligados a outros elementos como a presença de redes de amizade, influência política, econômica e social. Dona Joaquina enquadra-se neste perfil, pois construiu sua vida em torno destas práticas, e com isto entendeu-se que a matriarca, na verdade, não rompeu com a sociedade patriarcal existente nas Minas Gerais, ela apenas mudou um de seus elementos.

A figura e atuação de Joaquina do Pompéu ainda não foi de todo esclarecida. Vários momentos de sua vida continuam guardados nas entrelinhas da história a espera de historiadores que possam revelá-las. Assim também a história de Minas Gerais no século XVIII/XIX, apesar de amplamente estudada, ainda pode surpreender. Com a elaboração desta pesquisa pretendeu-se, de certa forma, contribuir para a construção da história de Minas Gerais nos setecentos, e demonstrar que existem muitas possibilidades de estudo. Dona Joaquina do Pompéu é só uma, entre tantos sujeitos-agentes históricos que podem revelar importantes informações sobre o passado colonial brasileiro.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público Mineiro – Documentação de Origem Privada:

Família Joaquina Bernarda de Pompéu. Código: FJBP 1 – Cx. 01 [série: Família Joaquina Bernarda do Pompéu].

Família Joaquina Bernarda de Pompéu. Código: FJBP 1 – Cx. 02. [série: Família Cordeiro Valadares].

Família Joaquina Bernarda de Pompéu. Código: FJBP 1 – Cx. 03. [série: Família Oliveira Campos].

Família Joaquina Bernarda de Pompéu. Código: FJBP 1 – Cx. 04. [série: Escrituras, certidões e outros documentos; Diversos].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcos Ferreira. **Elites Regionais e formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. P.65-114.

BRÜGGER, Sílvia M. J. **Família e Patriarcalismo em Minas Gerais**. In: PAIVA, Eduardo França. **Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)**. SP: Annablume, 2006. P.43-60.

CAMPOS, Deusdedit P. Ribeiro de. **Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente**. Belo Horizonte: Roma, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais, 1750-1800)**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira**. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 226-247, 2006.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. **Redes clientelares e as listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas**. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu - MG, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwing Von. **Pluto brasiliensis**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979. v.2.

- ESPÍRITO SANTO, Cláudia C. **O endividamento em Minas Colonial: estratégias sócio-econômicas cotidianas em Vila Rica no decorrer do século XVIII.** [S.L.: s.n.]. 2004.
- FERNANDES, Paulo Jorge da Silva. Elites locais e poder municipal: Do antigo regime ao liberalismo. **Análise Social.** [online]. 2006, no.178, p.55-73.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Descaminho de Diamantes: Relações de Poder e Sociabilidade na Demarcação Diamantina no Período dos Contratos (1740-1771).** Dissertação, Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.
- FRAGOSO, João Luís R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** RJ: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luís R. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. in. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Celso. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1974.
- FURTADO, Junia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ática, 1988.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História da UFMG**, Belo Horizonte, 1(2): 7-36, jun. 1986.
- LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros.** São Paulo: HUCITEC; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- MENESES, José Newton Coelho. **O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas.** Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000.
- MENEZES, Jeannie da Silva. O direito e o costume: mulheres brancas entre representações e práticas do século XVIII. **Mneme – Revista de Humanidades** [Dossiê História colônia: conceitos e estudos de Sociedade e Cultura, org. Kalina Vanderlei Silva]. Caicó (RN), v. 7. n. 16, jun./jul.2005. p.229-49. Bimestral. ISSN 1518-339.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. **Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.
- _____. **As duas faces da matriarca.** **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 3, nº 27, p.56-59, dez.2007.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1989.
- PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales. A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RIBEIRO, Coriolano Pinto; GUIMARÃES, Jacinto Campos. **Dona Joaquina do Pompéu**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.
- ROMEIRO, Adriana. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 275-311.
- SOUZA, Laura de Melo. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.
- _____. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- VASCONCELOS, Agripa. **Sinhá braba: romance do ciclo agropecuário nas Gerais. (Sagas do país das Gerais)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. **Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 1994.
- ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. SP: Hucitec/ Edusp, 1951.

Recebido em setembro de 2009

Aprovado em novembro de 2009